

**A natureza ortodoxa ou heterodoxa da política econômica em Angola:
o período 2004-2018**

*The orthodox or heterodox nature of economic policy in Angola:
the period 2004-2018*

DOI: <https://dx.doi.org/10.26694/2764-1392.5835> Heitor Simão Afonso Ambrósio¹
Maria de Lourdes Rollemberg Mollo²

Resumo: Este artigo discute a ortodoxia e a heterodoxia da política econômica, tanto do ponto de vista teórico, quanto da análise empírica das políticas monetária e fiscal de Angola no período 2004-2018. Nas primeiras seções, se estabelece o critério de classificação das teorias econômicas como ortodoxas e heterodoxas, e se descrevem as principais ideias da ortodoxia econômica, em termos de papel da moeda e do Estado. Em seguida, se faz o mesmo processo para duas heterodoxias, a pós-keynesiana e a marxista. Finalmente, e com base na descrição prévia, analisa-se a evolução das políticas monetária e fiscal de Angola, com relação aos problemas de crescimento do produto e redução do desemprego e da inflação, quanto ao seu caráter ortodoxo ou heterodoxo.

Palavras-chave: Ortodoxia; Heterodoxia; Moeda; Estado; Angola.

Abstract: This article discusses the orthodoxy and heterodoxy of economic policy, both from a theoretical point of view and from an empirical analysis of Angola's monetary and fiscal policies in the period 2004-2018. In the first sentences, the classifications of economic theories as orthodox and heterodox are established, and the main ideas of economic orthodoxy are described, in terms of the role of currency and the State. Then, the same process is carried out for two heterodoxies, post-Keynesian and Marxist. Finally, based on the previous description, the evolution of Angola's monetary and fiscal policies is analyzed, in relation to the problems of product growth and reduction of unemployment and inflation, regarding their orthodox or heterodox character.

Keywords: Orthodoxy; Heterodoxy; Currency; State; Angola.

Artigo recebido em 05/06/2024. Aceito em 09/06/2024.

¹ Doutor em Economia pela Universidade de Brasília (Unb). Assessor Executivo pela Chancelaria de Defesa junto da Embaixada de Angola no Brasil, Coordenador de Pós-Graduação Lato Sensu da Faculdade Unyleya (Brasil), Consultor Internacional Econ. África e Angola (Instituto Liberty).
E-mail: heitorocker@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8140-1399>

² Professora Titular do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (Unb).
E-mail: mlmollo@unb.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4303-6914>

Introdução

Como nas ciências de maneira geral, a interpretação da Economia também não é consensual. São várias as escolas e as nuances e versões de cada uma e isso leva a concepções diferentes e prescrições de política econômica distintas. Por um lado, temos a visão dominante em economia, que chamaremos aqui de ortodoxa, que é a mais conhecida, mas, por outro, contamos com visões críticas a ela, de diferentes raízes teóricas.

Mas a separação entre ortodoxos e heterodoxos, ou os critérios para separá-los, são sempre relativos. O termo ortodoxo, no dicionário (Ferreira, 1910-1989, p. 551), significa aquele que é “conforme os princípios tradicionais em qualquer doutrina”.

Em Economia, a doutrina tradicional — dominante desde o início da construção da ciência econômica — está de acordo com dois princípios básicos: a lei de Say e a Teoria Quantitativa da Moeda (TQM). Assim, consideramos, neste artigo, ortodoxos os que aceitam a lei de Say e a TQM, a curto ou a longo prazo; enquanto heterodoxos são os que negam em qualquer período de tempo. Os supostos e argumentos teóricos usados para aceitar ou negar a Lei de Say e a Teoria Quantitativa levam a prescrições muito distintas, mesmo quando têm objetivos semelhantes.

A dominação do pensamento ortodoxo faz com que suas prescrições de política econômica sejam seguidas, em geral, pelas instituições econômicas internacionais e pela maior parte dos países, mesmo aqueles que, com governos de esquerda, têm propostas de sociedades diferentes, buscando transformar a sociedade e, nesse sentido, se opor ao *status quo* dominante.

A dominação acadêmica da ortodoxia, por outro lado, impede, por vezes, o conhecimento e a divulgação de alternativas teóricas. Este artigo busca entrar nessa discussão, examinando a evolução das políticas econômicas em Angola, um país de governo de esquerda, entre 2004 e 2018, período que sucedeu a guerra civil. A expectativa é a de poder subsidiar o pensamento progressista com ideias e conclusões que permitam se opor, de forma coerente e consequente, ao pensamento conservador que vem dominando as decisões políticas e econômicas no mundo na atualidade.

Assim, o artigo se encontra dividido em quatro seções, a primeira dedicada a descrever as ideias de moeda e de papel do Estado da ortodoxia, ou seja, trata do

pensamento neoclássico, novo-clássico e novo-keynesiano, que aceitam a Lei de Say e a TQM a curto ou a longo prazo.

Já a segunda e a terceira seções são dedicadas, respectivamente, às heterodoxias pós-keynesiana e marxista, desta vez levando à negação da lei de Say e da TQM. Nos três capítulos o artigo conclui sobre as políticas monetária e fiscal consideradas adequadas pelas diferentes correntes.

Por fim, a quarta parte examina a evolução da política monetária e da política fiscal em Angola, entre os anos de 2004 e 2018, e procura identificar seus traços ortodoxos e heterodoxos, conforme destacado nas seções anteriores. Algumas considerações conclusivas são apresentadas ao final do artigo.

1 A ortodoxia econômica, a falta de importância da moeda, o papel do Estado nocivo ou pouco importante

O enunciado geralmente conhecido da lei de Say é o que diz que “a oferta cria sua própria procura”. A ideia é a de que: o mesmo processo que produz os bens e serviços, pague rendimentos como salários, lucros, aluguéis e juros, que fornecem os recursos necessários para demandar os bens e serviços produzidos.

Nesse sentido, não há sobra esperada na economia e o mercado como um todo tende a se equilibrar. Além disso, os mercados de produtos específicos tendem a resolver os excedentes e deficiências de produtos por meio de flutuações de preços, sem que isso leve a crises generalizadas.

Existem vazamentos de renda nesse circuito de renda e gastos, como é o caso das importações e dos tributos pagos ao governo, mas estes podem ser compensados por injeções de renda, como é o caso das exportações e dos gastos do governo. É a flutuação da taxa de câmbio, no primeiro caso, e a política de orçamento equilibrado, no segundo, que garantem a igualdade entre injeções e vazamentos e o equilíbrio agregado dos mercados.

Mas essas conclusões dependem, antes de tudo, do suposto de que o entesouramento é algo irracional. Isso é analisado pelos ortodoxos ao tratar do mercado de fundos de empréstimos, no qual se destacam o vazamento poupança, que constitui a oferta de fundos a serem emprestados, e a injeção investimento, ou a demanda de fundos de empréstimos.

A oferta de fundos de empréstimos é associada à poupança justamente porque o entesouramento é visto como irracional. Se não o fosse, parte da poupança deixaria de ser associada à oferta de empréstimos. A ideia é de que se é possível ganhar juros emprestando, não se concebe que parte da poupança possa ser entesourada. A poupança é crescente, com relação à taxa de juros, já que esta compensa a abstenção do consumo presente e a espera para consumir apenas no futuro.

A demanda, por sua vez, depende inversamente da taxa de juros, que compensa a queda da contribuição marginal do investimento à produção, contribuição que cai em função dos rendimentos decrescentes de escala. Tendo em vista que o entesouramento foi descartado como algo viável e o vazamento poupança depende diretamente da taxa de juros, enquanto a injeção investimento, depende inversamente dela, haverá sempre uma taxa de juros que equilibrará poupança e investimento, o que garante o equilíbrio da lei de Say, e a ideia de que os mercados são autorreguladores.

Quanto à Teoria Quantitativa da Moeda (TQM), também depende, em primeiro lugar, do suposto de que o entesouramento é irracional. Isso porque dele dependem os supostos que levam a equação de troca $MV=Py$ a tornar-se uma teoria (sendo: M = Quantidade de moeda em circulação; V = Velocidade de Circulação da Moeda; P = Nível geral de preços; e y = Produto real). A equação de troca, por si só, diz apenas que a produção total do país multiplicada pelos seus respectivos preços (Py) requer, para circular, uma determinada quantidade de moeda multiplicada pela sua velocidade (MV).

Até aqui não há teoria, mas apenas uma igualdade contábil aceita por qualquer escola econômica (Aftalion; Poncet, 1981). Alguns supostos, porém, serão necessários para chegar a conclusões que constituem, de fato, a TQM. O primeiro é o de que V é estável ou previsível, o que só é possível se não houver entesouramento e desentesouramento.

Já o segundo suposto é o de que a moeda é exógena, ou seja, as autoridades monetárias controlam a quantidade de moeda, o que também só se verifica se os agentes econômicos não a entesourarem ou desentesourarem.

E por fim, o terceiro suposto é o de que a moeda é neutra, ou seja, a injeção de moeda não afeta de forma duradoura a produção real y , o que é o mesmo que supor que a economia está ou tende ao pleno emprego. Isso também só é possível se não houver entesouramento. Caso contrário, o fluxo de renda será alterado por vazamentos líquidos.

Nestas circunstâncias, e cumpridos os supostos mencionados, duas são as conclusões da TQM: a primeira é a de que o aumento de P , que nada mais é do que a inflação, é causado por excesso moeda. A segunda conclusão é a de que a responsabilidade pela inflação é do governo, que controla as autoridades monetárias, já que estas, por sua vez, controlam a quantidade de moeda.

Ora, observe-se aqui que as conclusões obtidas até agora mostram com nitidez, em primeiro lugar, que a moeda é pouco importante para a ortodoxia, já que não é desejada por si mesma e não afeta de forma duradoura a economia real. Daí porque Mankiw (2009, p. 356) diz que:

A produção de bens e serviços da economia depende da produtividade e da oferta de fatores, a taxa de juros real se ajusta para equilibrar a oferta e a demanda por fundos para empréstimos, o salário real se ajusta para equilibrar a oferta e a demanda de mão-de-obra e o desemprego surge quando o salário real, por alguma razão, se mantém acima do nível de equilíbrio. Essas importantes conclusões não têm nada a ver com a quantidade de moeda ofertada.

Nesse sentido, as conclusões até aqui mostram também que o papel monetário do Estado, para a ortodoxia, ou não é importante — porque é desnecessário, já que o mercado se regula por si só — ou, pior, é nocivo, já que os governos são os responsáveis pela inflação.

Dessa forma, cabe à política monetária apenas se dedicar ao controle de preços, procurando deixar as autoridades monetárias independentes para tanto, já que ela é incapaz de afetar de forma duradoura o investimento, porque supõem que a moeda é neutra. Daí porque Sargent e Wallace (1981, p. 1), referindo-se a Friedman, todos adeptos da TQM dizem:

Advertiu Friedman (1968) em seu discurso presidencial à American Economic Association (AEA) para não esperar muito da política monetária. Em particular, Friedman argumentou que a política monetária não poderia influenciar permanentemente os níveis da produção real, o desemprego ou as taxas reais de retorno dos títulos. No entanto, Friedman afirmou que uma autoridade monetária poderia exercer um controle substancial sobre a taxa de inflação, especialmente no longo prazo.

Quanto à política fiscal, é vista também com restrições porque, por um lado, se o Governo procura investir, precisa tributar e se endividar, aumentando a taxa de juros e inibindo por aí o investimento privado, considerado mais eficiente (*crowding-out*).

Porém, de outro lado, mesmo que possa resolver problemas de externalidades, é sempre visto com restrições pelos comportamentos danosos que podem estimular (*rent-seeking behaviour*). Finalmente, observa-se que é dada prioridade à política monetária para controle de inflação sobre a política fiscal. É o que se destaca na citação abaixo de Sargent e Wallace (1981, p. 1-2).

[...] imagine que a política fiscal domine a política monetária. A autoridade fiscal estabelece seus orçamentos de forma independente, anunciando todos os déficits e superávits atuais e futuros e, assim, determinando a quantia de receita que deve ser levantada através da venda de bônus e senhoriagem. Sob este segundo esquema de coordenação, a autoridade monetária enfrenta as restrições impostas pela demanda por títulos do governo, pois deve tentar financiar com senhoriagem qualquer discrepância entre a receita exigida pela autoridade fiscal e a quantidade de títulos que podem ser vendidos ao público. Embora tal autoridade monetária possa ainda ser capaz de controlar permanentemente a inflação, ela é menos poderosa que uma autoridade monetária sob o primeiro esquema de coordenação. Se os déficits da autoridade fiscal não puderem ser financiados apenas pelas novas vendas de títulos, a autoridade monetária é forçada a criar dinheiro e a tolerar uma inflação adicional.

Essas conclusões deixam claro o porquê de propostas de liberalização dos mercados, redução do papel do Estado, e de austeridade fiscal, características da ortodoxia econômica.

2 A heterodoxia Pós-Keynesiana, a importância da moeda e do papel do Estado

A obra final de Jonh Maynard Keynes (*A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*) significa uma ruptura grande com a ortodoxia na qual ele se formou. Nesta ele introduz a ideia de que o que separa as ideias ortodoxas das dele é a sua percepção de que a economia é permeada por incerteza nas tomadas das decisões em geral, e na decisão de investimento em particular.

Dizia ele, a respeito da teoria neoclássica, que ela era “*one of these pretty, polite techniques which tries to deal with the present by abstracting from the fact that we know very little about the future*” (Keynes, 1937, p. 215).

Portanto, trata-se de um tipo de incerteza decorrente do futuro desconhecido e da descentralização das decisões que não se pode calcular ou probabilizar, porque não se conhece todas as possibilidades de eventos. É então muito diferente do risco probabilizável dos ortodoxos.

Esse tipo de incerteza abre espaço para a possibilidade de entesouramento como algo racional, porque significa uma preferência pela liquidez. A moeda é o ativo mais líquido e, por isso, protege o agente com relação à incerteza, pois dá flexibilidade a ele, já que pode ser convertida a qualquer tempo em qualquer ativo, rapidamente, sem que se perca capital em função da rapidez da operação.

Uma vez explicada a possibilidade de entesourar ou preferir a liquidez, desaparecem os supostos que garantem tanto a Lei de Say, quanto a Teoria Quantitativa da Moeda, e elas são negadas. Ao contrário do que ocorre na ortodoxia, a moeda passa a ter muita importância na economia. Por um lado, ao ser preferida, ela afeta negativamente a demanda agregada e, com isso afeta negativamente a produção, a renda e, principalmente, para Keynes, o emprego. Por outro, o crédito, por sua vez, pode ampliar o crescimento da produção e do emprego.

A ideia é a de que a decisão econômica mais importante é a de investir, uma vez que o investimento multiplica a renda e o emprego. O investimento depende, em particular, de duas variáveis: da eficiência marginal do capital, que é a rentabilidade esperada do capital, por meio de conjecturas, já que a incerteza não permite seu cálculo; e da taxa de juros, que é um indicador do custo do investimento. A eficiência marginal do capital precisa ser maior do que a taxa de juros para o investimento se realizar.

Sobre a eficiência marginal do capital, diz Keynes especificamente:

Nota-se que a eficiência marginal do capital é definida aqui em termos de expectativa da renda e do preço de oferta corrente do bem de capital. Ela depende da taxa de retorno que se espera obter do dinheiro investido num bem recentemente produzido; e não do seu resultado histórico obtido por um investimento em relação a seu custo original, quando examinado retrospectivamente ao fim de sua vida (Keynes, 1982, p. 115).³

Tanto a eficiência marginal do capital quanto a taxa de juros dependem da incerteza, nas conjecturas que definem aquela, e na oferta e demanda de moeda que determinam

³ “A confusão mais importante quanto à importância e ao significado da eficiência marginal do capital advém do fato de não se ter compreendido que ela depende também da renda esperada do capital e não apenas da sua renda corrente. Isso pode ser melhor ilustrado indicando-se o efeito sobre a eficiência marginal do capital que tem a expectativa de modificações no custo prospectivo de produção, quer se esperem essas mudanças como resultado de alterações no custo do trabalho, isto é, na taxa de salário, quer de invenções e técnicas novas. A produção obtida com o equipamento fabricado hoje terá de competir, enquanto durar, com a do equipamento fabricado mais tarde, talvez a um custo menor em trabalho, talvez com uma técnica melhor que possibilita vender sua produção a preços menores e a aumente em quantidade até que seu preço tenha descido ao mínimo satisfatório. Além disso, o lucro do empresário (em termos monetários) advindo do equipamento velho ou novo será reduzido se todo o produto vier a ser produzido de modo mais barato. À medida que tais desenvolvimentos pareçam, ou mesmo apenas possíveis, a eficiência marginal do capital produzido no presente diminui apropriadamente” (Keynes, 1982, p. 119)

esta última. A oferta de moeda, além de depender das autoridades monetárias, depende também dos bancos e de sua preferência pela liquidez. E a demanda de moeda é a própria preferência pela liquidez do público.

Como os determinantes do investimento dependem da incerteza, essa é uma decisão volátil, o que explica que a renda e o emprego sejam, no capitalismo, variáveis instáveis, não podendo ser deixadas ao sabor do mercado. Essa é a justificativa para um papel do Estado ativo, forte e permanente.

No caso da política monetária, trata-se de garantir liquidez elevada com taxas de juros baixas, de forma a permitir, para maior número de investidores potenciais, que as eficiências marginais do capital de seus investimentos sejam superiores. Mas é possível, segundo Keynes, que a incerteza seja tão grande que, mesmo com taxas de juros baixas, as eficiências marginais do capital sejam também baixas, sem um estímulo aos investimentos.

Nesses casos, cabe à política fiscal permitir que o próprio Estado invista, não necessariamente para se substituir à iniciativa privada, mas para garantir o aumento multiplicado do emprego e da renda e, com isso, melhorar as expectativas dos empresários, de forma que, num momento posterior, eles próprios passem a tomar as decisões de investir. Diz Davidson (1991, p. 79) a esse respeito:

Se o setor privado falha em promover os estímulos econômicos por se recusar a aumentar suas dívidas tomando emprestado quantias adicionais do sistema bancário de forma a estimular mais a produção e vendas, então os Pós-keynesianos defendem que o Governo deve aumentar a oferta de 'moeda não neutra' e a demanda efetiva para assegurar o emprego. Sempre que há recursos ociosos, empréstimos governamentais podem aumentar a oferta monetária a ser utilizada para expandir a demanda e encorajar os empresários a aumentar a produção real e empregar mais trabalhadores de forma a responder ao aumento da demanda.

Observe-se que a ideia acima exposta se opõe à ortodoxa de política monetária usada apenas para controle de inflação.

A moeda nesse tipo de raciocínio tem uma importância negativa, porque, ao ser preferida como liquidez máxima, reduz a produção, a renda e o emprego. Mas sua importância positiva pode ser vista na ideia, já mencionada, de redução da taxa de juros e conseqüente aumento da liquidez para estimular os investimentos.

Isso mostra a importância dos bancos gerando crédito para a viabilização das decisões de investimentos. É o que Keynes chamou de motivo financiamento da demanda de dinheiro. Além disso, Keynes se refere ao processo de investimento chamando atenção para a importância inicial deste financiamento para que as decisões se concretizem, mas também para o processo de consolidação (*funding*) do mesmo. Diz ele que:

*The entrepreneur when he decides to invest has to be satisfied on two points: firstly, that he can obtain **sufficient short-term finance** during the period of producing the investment; and secondly that he can eventually **fund his short-term obligations by a long-term issue** on satisfactory conditions” (Keynes, 1937, p. 217).*

Portanto, o que se observa nesse processo é que os investidores precisam adequar os prazos dos empréstimos já tomados aos prazos de maturação dos investimentos, convertendo as dívidas de curto prazo do financiamento inicial em dívidas de prazos mais longos, compatíveis com a maturação dos investimentos. Nesse caso, os recursos saem da poupança.

Mas, essa poupança, segundo Keynes, é algo derivado e dependente da renda gerada pelo investimento, ao invés de ser requisito prévio para o seu financiamento, que pode ser financiado com crédito criado pelo setor bancário sem lastro em poupança⁴. Desse modo, a poupança surge necessariamente a partir do investimento realizado.

O que importa, porém, não é a poupança em si, já que ela surge necessariamente com a renda, esta última gerada pelo investimento. O que interessa, ou o que importa para viabilizar esses empréstimos de longa maturação, é a preferência pela liquidez dos poupadores. Se esta for grande, de novo, de forma negativa, a moeda prejudicará o investimento, porque não haverá recursos para a conversão dos empréstimos curtos em longos, o que travará a consolidação dos investimentos.

É preciso então que haja baixa preferência pela liquidez dos poupadores para que o *funding*, ou a conversão de dívidas curtas em dívidas de prazos compatíveis com os do investimento, se realize sem problemas. Para isso, os mercados financeiros mais desenvolvidos podem contribuir com produtos financeiros diversos quanto ao grau de liquidez e a rentabilidade, de forma a acomodar preferências pela liquidez diferentes dos poupadores. De outra forma, pode também contribuir o Estado, ao fornecer empréstimos

⁴ O crédito é viabilizado pelo multiplicador bancário.
INFORME ECONÔMICO (UFPI) - ISSN 2764-1392
ANO 26 - VOLUME 48 - NÚMERO 1 – JANEIRO-JUNHO, 2024

de longo prazo para os investimentos considerados prioritários. Esse é o papel dos bancos públicos de desenvolvimento.

Assim, vemos que, para os pós-keynesianos, não apenas a moeda é importante, mas o Estado também é, no que se refere à promoção do investimento, do crescimento da produção e do emprego.

O papel do Estado na promoção do investimento é tão importante que Keynes fazia diferença quando tratava dos orçamentos públicos relacionados a despesas de capital, em relação ao orçamento público de despesas correntes. No primeiro caso, o orçamento pode ser deficitário, porque ele amplia o produto e a renda de forma multiplicada e, com isso, melhora, inclusive, as condições de pagamento do endividamento. Como resume bem Kregel (1985, p. 38),

The budget should be divided into a 'capital' and current budget: the 'capital budget' should be balanced in the long term but may be adjusted to offset exogenous cyclical changes, the current budget may as a last resort show surpluses or deficits to offset short-term failure of the capital budget but also be balanced over the long-term.

3 A heterodoxia marxista, a crítica ao capitalismo e o papel do Estado

A ideia de moeda ou dinheiro para os marxistas está ligada ao caráter mercantil da economia capitalista. Nela a produção é de mercadorias, produzidas com o objetivo de venda e é preciso comprar para viver. Além disso, é preciso vender, para obter recursos monetários que permitam a compra.

O dinheiro existiu em sociedades anteriores ao capitalismo, mas só no capitalismo a produção de mercadorias se generalizou o suficiente para torná-lo fundamental para garantir a existência dos homens. Ele é o responsável pela inserção social das pessoas, capitalistas por meio do lucro monetário e trabalhadores por meio da venda da sua força de trabalho que, desse modo, vira mercadoria no capitalismo.

Finalmente, os trabalhos no capitalismo são realizados de forma privada, aparentemente independentes uns dos outros e, no entanto, existe uma divisão do trabalho que é social. O que permite articular o caráter privado e o social do trabalho é justamente a venda, momento em que os trabalhos privados obtêm a validação social ou o reconhecimento da sociedade. Como isso se faz por meio do dinheiro, essa é uma outra maneira de verificar sua importância.

É essa importância social do dinheiro que lhe dá poder social. Dizia Marx que, no capitalismo, o poder de todo indivíduo, “seu poder social assim como sua conexão com a sociedade, ele carrega consigo, no seu bolso” (Marx, 1980, p.92).

É isso que justifica que ele possa ser desejado para apropriação privada, ou como tesouro, o que tende a acontecer de forma mais generalizada nos períodos de crise. Como já mencionado anteriormente, a possibilidade de entesouramento nega diretamente a Lei de Say, e nega tanto a estabilidade de circulação da moeda, quanto a sua exogeneidade e a sua neutralidade, negando também a TQM.

Apesar de reconhecer a importância que o dinheiro tem no capitalismo, essa é a primeira crítica de Marx e dos marxistas a este sistema, levando-os a querer transformá-lo. Como vimos, nestas sociedades a divisão social do trabalho, a validação dos trabalhos privados dos indivíduos, se dá pela necessidade que têm de trocá-las pelo dinheiro no momento da venda e isso faz com que o dinheiro organize a sociedade sem o planejamento ou a participação consciente dos trabalhadores.

A segunda crítica ao capitalismo, a mais importante, é a exploração envolvida na produção do lucro no capitalismo. O lucro é o objetivo do capitalismo e ele é produzido pela força de trabalho, sob a forma de mercadorias contendo um valor que é superior ao valor usado para produzi-las. O que determina o valor das mercadorias é a quantidade de trabalho que se gasta na sua produção, em termos médios, para cada sociedade: a quantidade de trabalho contida nos meios de produção, mais a quantidade de trabalho contida no valor da força de trabalho contratada pelo capitalista.

Dessa forma, como a força de trabalho se transforma em mercadoria, no capitalismo, seu valor é dado pelo seu custo de (re)produção, ou o que é necessário em termos médios sociais, para manter o trabalhador vivo e em condições de trabalhar. Ou seja: alimentos, roupas, artigos de primeira necessidade, mas também educação e qualificação compatíveis com o progresso da sociedade em que vive.

É preciso ainda que ele chegue a uma determinada idade em que consiga trabalhar. Assim, no valor da força de trabalho precisa entrar também a manutenção da família do trabalhador, como indicador daquilo que os pais do trabalhador precisaram gastar para que ele chegasse à idade de trabalhar.

A título de exemplificação: quando o trabalhador é contratado para trabalhar durante um mês de trabalho, ao longo de oito horas diárias, seu salário paga sua força de

trabalho, ou seja, o valor do que ele precisa para se manter e à sua família durante um mês. Isso é o salário.

Porém, ao trabalhar durante oito horas diárias durante um mês de trabalho, ele produz um valor que é superior ao valor da sua força de trabalho. Esse adicional é a mais-valia, de onde sai o lucro do capitalista produtivo, o juro do capitalista financeiro e a renda dos proprietários de terra e recursos naturais. Observa-se aqui o que Marx chamou de exploração, porque o trabalho é todo realizado pelo trabalhador, que não fica com todo o produto do seu trabalho, mas apenas uma parte.

Para Marx (1975, p. 719):

Não se compra a força de trabalho para satisfazer necessidades pessoais do adquirente por meio dos serviços que ela presta ou do que ela produz. O objetivo do comprador é aumentar seu capital, produzir mercadorias que contêm mais trabalho do que ele paga e cuja a venda realiza também a parte do valor obtida gratuitamente. Produzir mais valia é a lei absoluta desse modo de produção. A força de trabalho só é vendável quando conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital adicional.

Outra forma de ver a importância do dinheiro no capitalismo é por meio do ciclo completo de reprodução do capital que ilustra o processo de geração do lucro, e do crédito. O capitalista visa, como já vimos, maximizar lucro, ou produzir mais dinheiro a partir do dinheiro que aplica na produção. Assim, o ciclo completo de reprodução do capital pode ser descrito como:

$$D - M (\text{FT e MP}) \dots P \dots - D' \tag{1}$$

Ou seja, para ser capitalista é preciso, antes de tudo, ter dinheiro (D), para comprar dois tipos de mercadorias (M), força de trabalho e meios de produção, e conseguir valorizar o dinheiro inicial, tornando-o capital.

Uma vez que tudo começa com o dinheiro, e dado que o capitalista visa, como já vimos, maximizar lucro, desenvolve-se, no capitalismo, o crédito como atividade de capitalistas especializados nisso, que são os capitalistas financeiros, e o sistema de crédito. Com isso o ciclo anterior se transforma, conforme abaixo, para incluir o capital dinheiro de empréstimo (D*) concedido pelo capitalista financeiro ao capitalista produtivo.

$$D^* - D - M (\text{FT} + \text{MP}) \dots P \dots M' - D' - D^* \tag{2}$$

O capitalista produtivo quer dinheiro emprestado porque pode aumentar o ritmo e a escala das suas compras de FT e MP, sem precisar esperar a obtenção de lucros maiores que permitam essa compra. Com isso, o ciclo de reprodução do capital ganha ritmo e escala maiores e os excedentes ou mais-valia gerados ampliam-se.

Dessa forma, ao final do ciclo completo, surgirá um D' maior ainda do que foi obtido sem crédito, e ele pagará ao capitalista produtivo um lucro maior e ainda sobrar algo para ele remunerar o capitalista financeiro com as amortizações e os juros dos empréstimos D^* . O crédito, portanto, potencializa a acumulação de capital, aumentando-lhe o ritmo e a escala, e isso mostra que a moeda não é neutra na concepção marxista, negando a TQM.

Dado o exposto, é possível deduzir o papel do Estado para os marxistas. Como já foi visto, as críticas ao capitalismo, bem como seus problemas, não decorrem do mercado ou só do mercado, mas decorrem de sua lógica de funcionamento, mais particularmente da busca de lucro e da forma como o lucro é gerado.

Nesse sentido, alguns marxistas não veem qualquer forma de ação do Estado como solução para esses problemas (Miliband, 1970; Holloway, 1991). Outros, porém, como é o caso deste artigo, percebem não apenas a necessidade de um papel para o Estado, como a possibilidade e o interesse do Estado vir a melhorar a inserção do trabalhador e a relação capital trabalho, numa sociedade mais progressista (Poulantzas, 1971; Brunhoff, 1985; Mollo, 2001).

Sobre a necessidade do Estado, ela está ligada tanto ao papel do dinheiro como da força de trabalho. Assim, diz Brunhoff (1985, p. 2) que

Os pontos-chave da intervenção econômica estatal examinados em primeiro lugar dizem respeito à produção e à circulação: a gestão da força de trabalho assalariada e a da moeda equivalente geral. Quando essas gestões se apresentam como política econômica, elas se modificam sem perder, com isso, seu caráter fundamental.

O dinheiro, vimos, tem como papel validar socialmente os trabalhos privados, e não pode, portanto, ficar dependente de interesses privados para cumprir tal papel. Daí a necessidade de uma gestão pública do dinheiro, hierarquicamente superior aos agentes privados que constituem a sociedade.

A política monetária, nesse sentido, seria encarada como gestão monetária da moeda. Mas ao contrário da visão pós-keynesiana, ela não é concebida como de todo poderosa, porque a dinâmica monetária envolve a sociedade como um todo, e a autoridade

monetária não controla nem o processo social de produção nem a sociedade como um todo. É por isso que Brunhoff e Foley (2006, p. 193) dizem que a circulação de mercadorias

Tem seus próprios desequilíbrios, que não podem ser corrigidos por intervenções políticas. Marx aqui ataca a lei dos mercados formulada por Say, segundo a qual, como cada venda implica uma compra, deve haver um equilíbrio geral da transação de mercadorias.

Quanto à gestão da força de trabalho, a necessidade do Estado surge quando se verifica que é a própria lógica do capitalismo que produz desemprego, este que serve ao capitalismo ao reduzir os salários e aumentar os lucros. Mas não é possível deixar que o desemprego elimine a força de trabalho, uma vez que é ela que produz os lucros. Assim, ao Estado cabe um papel de manutenção da força de trabalho quando desempregada, via previdência, assistência e/ou seguridade social.

Mais que isso, se o emprego da força de trabalho, no capitalismo, implica exploração, Marx e os marxistas sabem bem que não é possível viver nesse sistema sem comprar, para o que é preciso vender. Quando não se têm meios de produção, a única solução é vender a força de trabalho. Mais ainda, quanto maior for o volume de empregos, maiores tendem a ser os salários e melhor a inserção social dos trabalhadores na relação capital-trabalho. Nessas condições, eles podem então se organizar e se preparar melhor não apenas para transformar a sociedade, mas para assumir a sua gestão (Mollo, 2001). Afinal, como dizia Marx (1977, p. 25),

Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade.

Assim, seja por meio da política monetária, seja por meio da política fiscal, dentro da visão marxista o aumento dos empregos — em particular os qualificados, e dos salários — é fundamental para melhorar a vida dos trabalhadores, e permitir que se organizem e se preparem melhor para construir as condições materiais de existência da nova sociedade.

4 O caráter ortodoxo ou heterodoxo da política econômica de Angola: 2004-2018

O período escolhido para a análise da política econômica em Angola foi de 2004 a 2018. Após a guerra civil, que perdurou desde a independência em 1975 até 2002, Angola se defrontava com inúmeros problemas, alguns antigos e herdados do Período Colonial, outros provenientes da guerra civil que, não apenas agravou os primeiros, mas destruiu as infraestruturas existentes para o desenvolvimento.

Destaque-se, ainda a esse respeito, a enorme dependência do petróleo que o país tinha e tem; a grande dependência de recursos externos, um despovoamento marcante das áreas rurais após a guerra; e a grande dependência de recursos externos para o desenvolvimento (Goularti Filho; Chimbulo, 2015; Valério; Fontoura, 1994). Junte-se a isso, finalmente, os problemas normais de uma economia subdesenvolvida, como é o caso de falta de quadros e mão de obra qualificados, desemprego e inflação.

Esse era o panorama de Angola em 2002, ano do final da guerra, necessitando de um papel do Estado especialmente ativo para resolver essa enorme gama de problemas, em particular os de ordem macroeconômica como desemprego e inflação, para alavancar o processo de desenvolvimento. Nosso objetivo é analisar a evolução da política macroeconômica, mais particularmente a política monetária e a política fiscal, buscando verificar o caráter mais ou menos ortodoxos dessas políticas.

Tal análise se justifica porque, embora seja de se esperar políticas econômicas heterodoxas, já que o país vem sendo dirigido por governos ligados ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), de ideologia marxista-leninista, algumas outras condicionantes externas e internas podem levar ao resultado contrário.

Por um lado, observa-se a dominação do pensamento neoliberal ortodoxo no mundo todo, e isso levou à formação de grande parte das lideranças de Angola em Portugal, em universidades de perfil conservador. Por outro, a dependência do país de recursos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e de instituições de perfil neoliberal podem implicar em condicionalidades conhecidas de adoção de políticas econômicas ortodoxas.

No sentido de favorecer a heterodoxia das políticas, por sua vez, temos a importância grande da contribuição da China no fornecimento de empréstimos ao longo do tempo, e a formação na União Soviética de, ou em, países socialistas de várias das lideranças angolanas. Assim, o próximo item examinará as políticas econômicas, em particular as políticas monetária e fiscal, à luz da evolução do crescimento do produto, do

emprego e da inflação, três variáveis importantes para os governos e para o julgamento do caráter mais ou menos ortodoxo da política econômica.

4.1 A política monetária

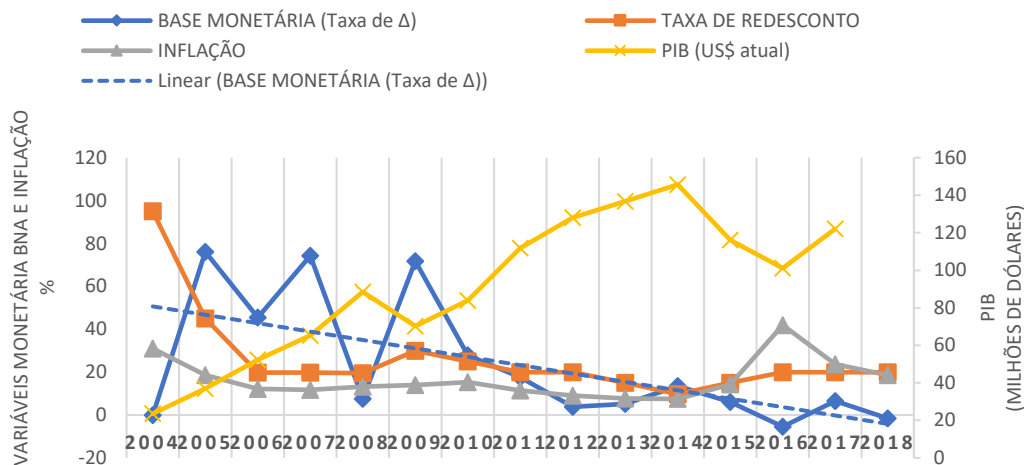
Conforme explicitado pelo Banco Nacional de Angola (BNA, 2019) — a autoridade monetária de Angola — além do controle da inflação, sua política monetária visa também estimular a produção⁵, o que é uma visão heterodoxa, já que cabe, segundo a ortodoxia, à política monetária, apenas o controle da inflação. Mas a frase abaixo mostra uma visão ortodoxa de que a moeda é controlada para controlar a inflação e, só depois, surge o crescimento como consequência da inflação baixa.

Garantir a preservação do valor da moeda nacional (Kwanza), isto é, contribuindo para a criação de um ambiente favorável ao crescimento econômico que culmina com a melhoria do bem-estar econômico e na criação de emprego. Para garantir a preservação do valor da moeda nacional, o Banco Nacional de Angola deve procurar manter o equilíbrio entre a oferta de meios de pagamento e o crescimento da atividade econômica (BNA, 2024).

Assim, não é a injeção de moeda ou a redução da taxa de juros que estimulam a economia, como quer a heterodoxia, mas a queda da inflação, após uma política monetária ortodoxa, que leva ao crescimento econômico. Isso é confirmado quando observamos a condução dos instrumentos monetários no período. Observe-se no Gráfico 1, por exemplo, a evolução da base monetária, instrumento de política monetária até 2010.

⁵ A política foi visada até o ano de 2019. Com a mudança de governo, viu-se alterada.
INFORME ECONÔMICO (UFPI) - ISSN 2764-1392
ANO 26 - VOLUME 48 - NÚMERO 1 – JANEIRO-JUNHO, 2024

Gráfico 1 – Moeda e Crescimento

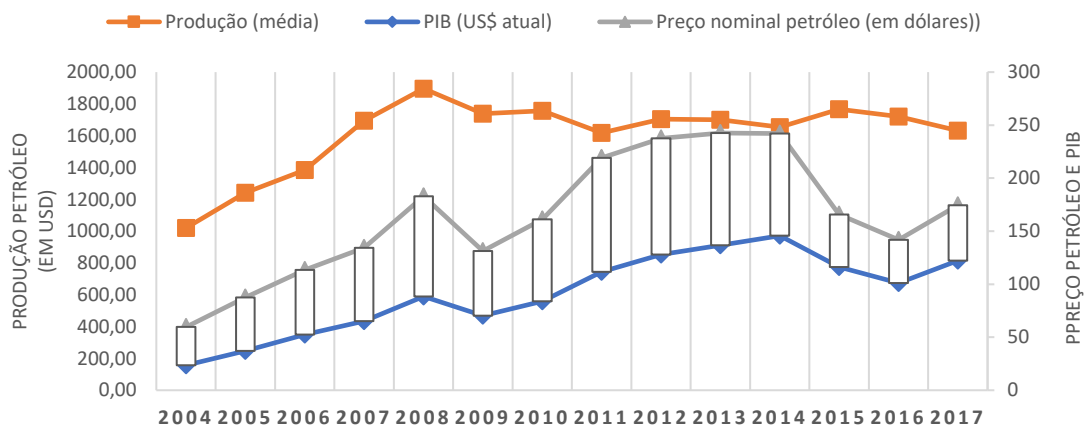


Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do BNA (2019) e BM (2019).

Ela varia de forma errática ao longo do período, com queda no final do período, enquanto o crescimento do PIB cresce até 2014, com exceção de 2009, em vista da crise internacional. Quanto à taxa de redesconto, cai no início e ao longo do tempo, até o final do período. Observe-se, porém, que justamente em 2009, quando o PIB cai, tanto a base monetária cai, quanto a taxa de redesconto sobe, ao invés de cair para compensar a queda do produto. Ou seja, trata-se de uma política pró-cíclica, típica da ortodoxia econômica.

O Gráfico 2 mostra bem que os problemas da economia e as quedas do PIB estão relacionados à grande dependência do petróleo. Embora essa dependência tenha caído de 51,4% do PIB em 2004 para 37,1% em 2014, ela ainda continua alta.

Gráfico 2 – Petróleo e Crescimento

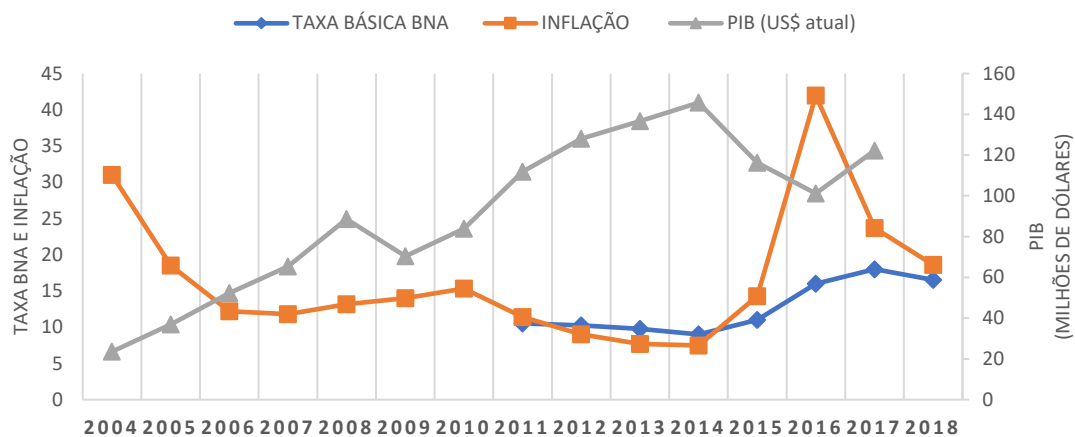


Fonte: Elaborado pelos autores com dados coletados no *Trading Economics* (2019) e BM (2019).

Após 2010, a política monetária passa a ser operada por meio da taxa básica BNA. Ao examinar o Gráfico 3, é possível verificar que a taxa sobe exatamente quando o PIB cai em 2014, ou seja, numa outra crise e de forma pró-cíclica. Enquanto isso, a inflação cai até 2014, sobe ligeiramente em 2015, quando a taxa de juros também sobe.

A inflação continua subindo de forma mais acentuada em 2016, e a taxa de juros ainda sobe até 2017, quando a inflação se reduz. Observa-se que nesse segundo período de crise, com o PIB em queda até 2016, a taxa de juros sobe, mostrando uma crença de que a política monetária deve priorizar o controle de preços, em vista de uma ideia ortodoxa de moeda neutra, que não consegue proporcionar crescimento do produto de forma duradoura.

Gráfico 3 - Moeda e Crescimento

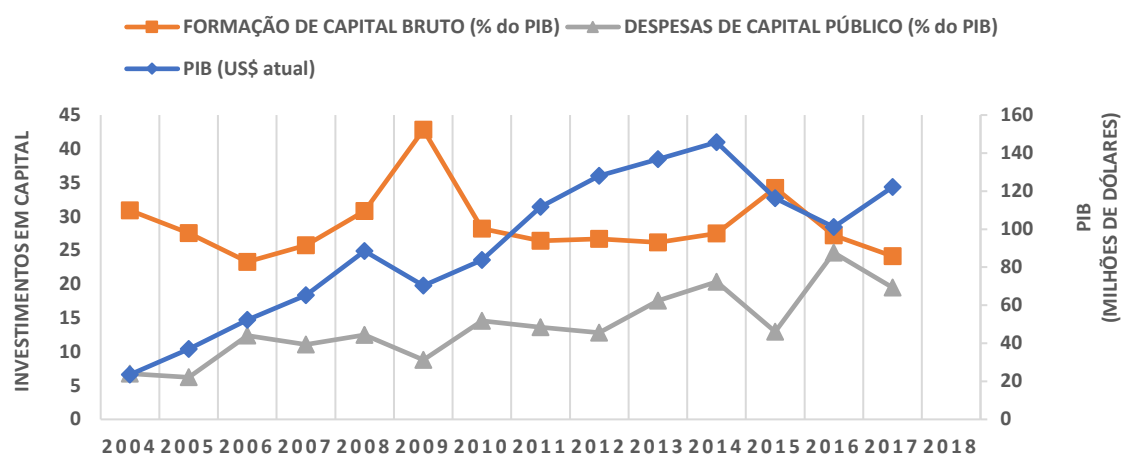


Fonte: Elaborado pelos autores através dos dados do BNA (2019) e BM (2019).

4.2 Política fiscal

Quanto à política fiscal, examinaremos aqui, em particular, a evolução do capital público, visto pela heterodoxia como motor do crescimento econômico quando ele não vai bem, em função da renda e dos empregos que cria. O Gráfico 4 mostra que a despesa com capital público cresce até 2014 e cai justamente nos dois períodos de crise, em 2009 e 2015, justamente quando poderia, ao aumentar, criar demanda efetiva suficiente para alavancar um crescimento do PIB e do emprego maiores.

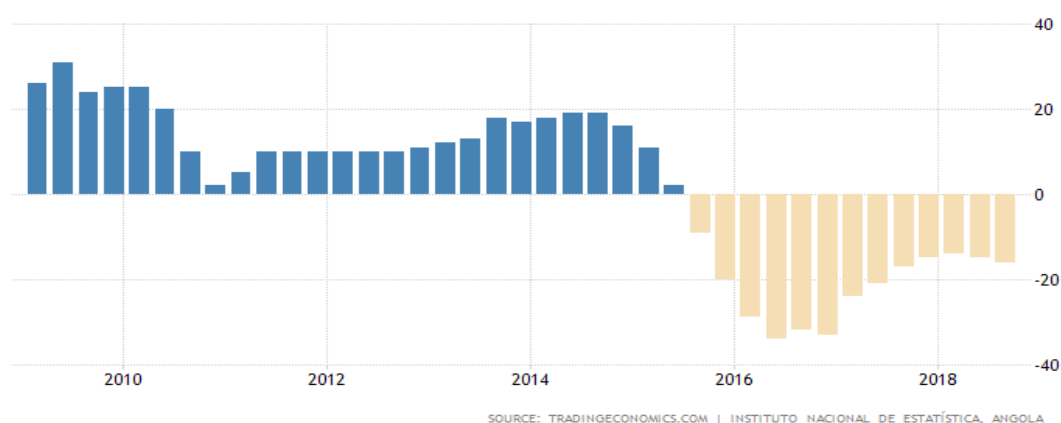
Gráfico 4 – Despesas de Capital Público e Crescimento



Fonte: Elaborado pelos autores através dos dados do MINFIN (2019) e BM (2019).

A ideia heterodoxa desse aumento das despesas públicas de investimento, conforme já foi explicitado, visa melhorar as expectativas privadas de investimento, após o crescimento multiplicado da renda e do emprego, como consequências do investimento público. Um maior crescimento das despesas de capital público poderia, segundo a heterodoxia pós-keynesiana, aumentar a confiança da iniciativa privada que cai em 2010 (Gráfico 5), estimulando a formação bruta de capital fixo que cresce ligeiramente até 2015, e cai depois disso fortemente.

Gráfico 5 – Confiança dos empresários



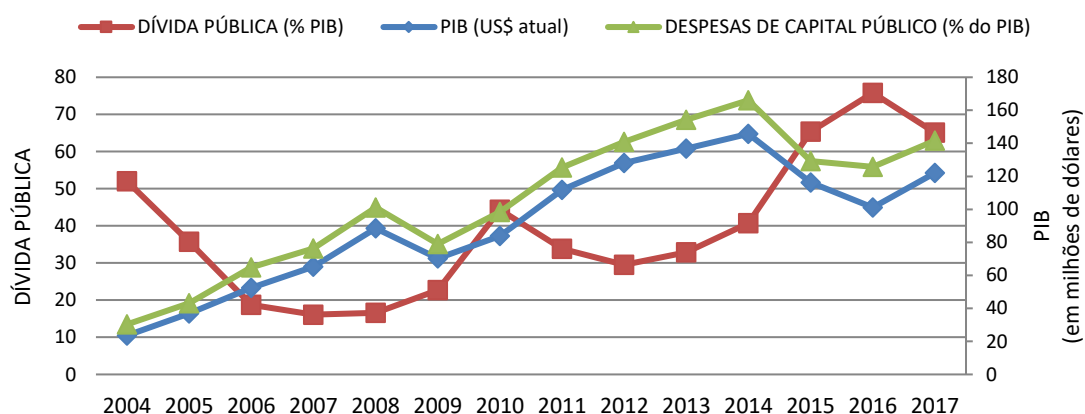
Fonte: Trading Economics (2019) com base nos dados do INE de Angola.

O Gráfico 6 mostra que tal conduta relacionou-se com o crescimento do endividamento público, que cresce em 2010 e, principalmente a partir de 2014. Privilegia-

se, assim, o ajuste das contas públicas em período de crise, de forma pró-cíclica como quer a ortodoxia.

A heterodoxia, por sua vez, não acha que as contas devam ser equilibradas, mas faz diferença entre os gastos correntes que precisam garantir o equilíbrio e os gastos de investimento, com os de capital público. Estes últimos podem crescer e pode haver endividamento para financiá-los, porque eles aumentam o PIB e o emprego de forma multiplicada e, assim fazendo, proporcionam as condições de endividamento sustentável como proporção do PIB, além de proverem impostos para seu pagamento, já que os impostos aumentam com o crescimento.

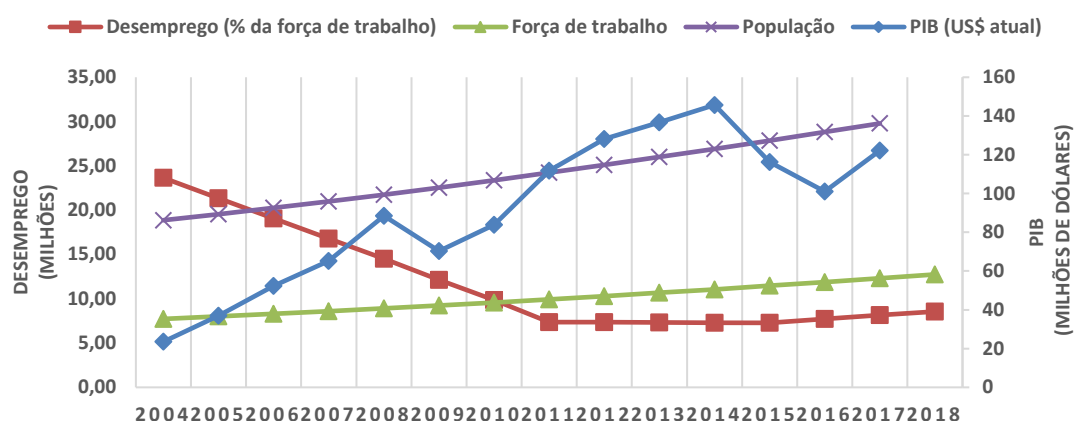
Gráfico 6 – Dívida Pública e Crescimento



Fonte: Elaborado pelos autores através dos dados do MINFIN (2019), BM (2019) e *Trading Economics* (2019) com base nos dados do African Development Bank.

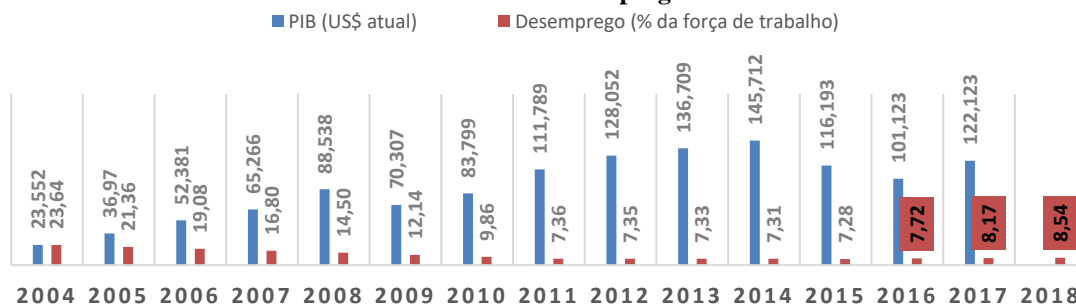
Nesse sentido, observa-se nos Gráficos 7 e 8 que o desemprego cai muito até 2010, seguindo o crescimento da formação bruta de capital (Gráfico 4), como proporção da força de trabalho, apesar do crescimento desta última, mas fica estável a partir daí e passa a crescer a partir de 2015. Isso, para a heterodoxia pós-keynesiana, poderia ter sido evitado com políticas monetária e fiscal expansionistas.

Gráfico 7 – Taxa de Desemprego e Crescimento



Fonte: Elaborado pelos autores através dos dados do MINFIN (2019) e BM (2019).

Gráfico 8 - Desemprego



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado nos dados BM (2019).

Considerações Finais

Vimos neste artigo que, apesar da dominação do pensamento econômico ortodoxo no mundo inteiro, há visões econômicas heterodoxas que, em função de concepções de moeda e de Estado distintas, têm prescrições de política econômica muito diferentes.

Para a ortodoxia econômica, constituída pelos neoclássicos, novos clássicos e novos keynesianos, mostramos que a moeda tem pouca importância analítica. Eles aceitam a sua neutralidade, porque entendem que ela não afeta o produto real (y) de forma duradoura, por esta ser uma variável que depende de fatores reais e que está sempre tendendo ao pleno emprego a curto ou a longo prazos.

Daí vemos que aumentos de moeda via base monetária, ou redução de taxa de juros, não afetam o PIB, e só causam inflação. Além disso, aceitam a neutralidade da moeda, porque continuam negando a possibilidade de existência do entesouramento. A impossibilidade teórica de entesouramento leva-os a apreender a velocidade de circulação

da moeda como estável e previsível e, então, sua quantidade pode ser controlada pelas autoridades monetárias e a moeda é concebida como exógena.

Uma vez que não há vazamentos no fluxo circular de rendas, eles aceitam a Lei de Say. Uma vez que a velocidade de circulação é estável ou previsível e a moeda é exógena e neutra, aceitam também a TQM. Como a moeda é neutra, a política monetária só deve cuidar da inflação.

O Estado, por sua vez, é desnecessário, já que aceita a Lei de Say, e nocivo porque torna-se, dada a aceitação da TQM, o responsável pela inflação. É nesse sentido que a ortodoxia compreende o papel do Estado como desnecessário ou nocivo para estimular o desenvolvimento econômico. Quanto à política fiscal, também é vista como discutível em vista do *crowding-out* e dos comportamentos *rent seeking*.

Quanto à heterodoxia monetária pós-keynesiana, vê-se na moeda uma importância enorme. Para eles, a moeda é importante porque protege os agentes contra incertezas. Quando os agentes acham que a incerteza está alta, preferem entesourar, dada a liquidez da moeda que os protege contra um futuro incerto, dando-lhes maior flexibilidade de ação. Isso é um problema para a economia, porque prejudica o investimento e, com isso, a renda e o emprego caem de forma multiplicada.

A moeda também não é neutra, pois o investimento depende da eficiência marginal do capital, que é a sua rentabilidade esperada, ser maior do que a taxa de juros. Assim, se a quantidade de moeda é maior, a taxa de juros é baixa e isso tende a estimular o investimento e, então, multiplicar a renda e os empregos. Daí porque a política monetária, ao baixar a taxa de juros, pode estimular o investimento e aumentar a renda e os empregos gerados.

Mas a política monetária pode não ser suficiente, se a eficiência marginal do capital cair ou for muito baixa em virtude das incertezas. Daí a importância da política fiscal, que pode estimular o investimento, por exemplo, quando o Estado investe e, com isso, aumenta a renda e os empregos da economia. Ao fazer isso, reduz as incertezas para as tomadas de decisões de investimento pela iniciativa privada e o investimento privado cresce, aumentando de novo a renda e o emprego.

A heterodoxia monetária marxista, por sua vez, vê o dinheiro no capitalismo como importante, porque nele todo mundo é comprador e vendedor, os trabalhos privados contidos nas mercadorias só valem, do ponto de vista social, quando são convertidos em dinheiro pela venda das mercadorias.

Os capitalistas só conseguem realizar o lucro quando as suas mercadorias são vendidas, ou seja, se transformam em dinheiro, e os trabalhadores só conseguem viver no capitalismo se transformarem sua força de trabalho em dinheiro, pela venda. Ou seja, o dinheiro é muito importante para a existência de qualquer pessoa no capitalismo. Com isso, a moeda tem poder social, o que justifica que ela possa, em algumas circunstâncias, ser desejada como tesouro. Então ela não é nem neutra e nem exógena, e o Estado pode afetar a economia e o emprego. A lei de Say e a TQM também não valem.

Por outro lado, a ação do Estado é necessária para gerir mercadorias especiais como a força de trabalho e o dinheiro. Embora o Estado precise gerir o dinheiro e a força de trabalho, este nem sempre se mostra eficiente para resolver completamente os problemas do trabalhador e do dinheiro, porque esses problemas decorrem da lógica do capitalismo, e do lucro baseado na exploração do trabalhador.

O Estado precisa manter o trabalhador desempregado vivo, via previdência ou seguridade social, porque o desemprego é algo ligado ao próprio funcionamento do capitalismo. Mas ele precisa também garantir o emprego, já que, embora o trabalhador ao se empregar seja explorado, Marx e os marxistas sabem que o trabalhador, no capitalismo, ou se emprega ou não consegue viver.

Isso justifica a luta por maior quantidade e qualidade do emprego enquanto durar o capitalismo e a luta para superá-lo com uma sociedade melhor. É desse modo que a heterodoxia monetária marxista vê um papel do Estado necessário no capitalismo, apesar deste não se mostrar sempre eficiente devido a própria lógica do sistema capitalista em que vivemos.

Após descrever os pensamentos ortodoxos e heterodoxos sobre moeda e papel do Estado, analisamos a política econômica em Angola, à luz de alguns dos seus principais problemas, como a inflação e o desemprego. Procuramos investigar se elas tiveram um caráter mais ortodoxo ou heterodoxo.

Como os governos de Angola são governos de esquerda, assumidamente intervencionistas e críticos do liberalismo econômico que vigora de forma dominante no capitalismo em geral, era de se esperar que tivessem uma política econômica voltada para o crescimento e, principalmente, o aumento do emprego.

Vimos que eles mostraram traços ortodoxos, em particular na concepção de política monetária. Entre os traços ortodoxos destacaram-se a intervenção do Estado na política monetária com restrições monetárias, reduzindo a base monetária e elevando as taxas de

juros nas crises, isto é, nos períodos 2008-2009 e 2015-2016, apresentando políticas pró-cíclicas. Justamente quando as taxas de juros deveriam cair, ou a base monetária aumentar, para sustentarem o crescimento.

Ou seja, é nas crises que os governos devem fazer políticas monetárias expansivas e gastar mais para garantir o produto e o emprego se a abordagem é heterodoxa, como deveria ser em regimes de esquerda. Porém, esse não foi o caso do Governo de Angola, em particular nas crises. Apesar de anunciarem o objetivo de reduzir a inflação e aumentar o crescimento, o que poderia ser um traço heterodoxo, este crescimento foi visto não como fruto de uma política monetária expansionista, mas da redução da inflação. Foram adotadas políticas contracionistas, como é a visão dominante ortodoxa, abdicando da sua tarefa de garantidor do funcionamento da economia, do investimento e do emprego, principalmente em momentos de crise.

Quanto à política fiscal, os gastos públicos, em particular com capital público, cresceram se olharmos o conjunto do período. Mas, justamente nas crises, esses gastos caem, em vista dos problemas de receita e do temor de aumento do endividamento. De novo observou-se uma política pró-cíclica, como quer a ortodoxia.

Resta responder à questão de qual a razão para a ortodoxia das políticas monetária e fiscal. Essa ortodoxia pode estar relacionada, em primeiro lugar, à formação conservadora de seus gestores. Mas isso pode ser explicado, em segundo lugar, e mais particularmente, pela dependência de financiamentos externos, em particular dos organismos internacionais como FMI, que levaram o Governo angolano a comportamentos de políticas econômicas ortodoxas em vista das condicionalidades implicadas nas concessões destes empréstimos. Os financiamentos se interromperam com o fim da guerra civil e só voltaram a partir de 2009 por meio do acordo *Stand-By* e, em particular, depois de 2011.

Esses fatores corroboraram para uma política econômica ortodoxa, apesar do peso da China na economia angolana crescer desde o início do período, com os financiamentos que não oferecem condicionalidades de políticas econômicas ortodoxas e com a participação crescente nas exportações angolanas de petróleo.

Finalmente, as explicações acima decorrem todas da dominação desse pensamento ortodoxo na academia, no mundo todo. Isso, porém, prejudica muito a consecução dos objetivos de governos de esquerda, preocupados que são com desemprego, desigualdade e dificuldades para um crescimento sustentável e inclusivo.

Este artigo procurou chamar atenção para a necessidade de análises e estudos de política econômica heterodoxas, mesmo no capitalismo, para torná-lo mais próximo dos objetivos dos governos de esquerda, como é o caso do Governo de Angola. Tanto as políticas pós-keynesianas, quanto as marxistas, poderiam ter ajudado na solução de problemas como desemprego, que eram preocupações tanto de Marx quanto de Keynes, e poderiam também melhorar a inserção do trabalhador na relação capital-trabalho por meio de aumento do emprego e dos salários, uma preocupação marxista, cara ao Governo de Angola.

Referências

- AFTALION F.; PONCET P. **O monetarismo**. Lisboa: Editorial Notícias, 1981.
- BANCO MUNDIAL. **Indicators Angola**, 2019.
Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/angola>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- BANCO NACIONAL DE ANGOLA. **Definições e indicadores**: 2019.
Disponível em: <http://www.bna.ao/>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- BANCO NACIONAL DE ANGOLA. **Missão e funções**.
Disponível em: <https://www.bna.ao/#/pt/banco/missao-funcao>. Acesso em: 18 jun. 2024.
- BRUNHOFF, S. **Estado e Capital**: uma análise da política econômica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.
- BRUNHOFF, S.; FOLEY, D. Karl Marx's theory of money and credit. *In*: ARESTIS, P.; SAWYER, M. (ed.). **A handbook of alternative monetary economics**. Cheltenham – UK /Northampton – USA: Edward Elgar, 2006.
- DAVIDSON, P. **Controversies in post Keynesian economics**. Aldershot, UK – Brookfield, US: Edward Elgar, 1991.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio do século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1910-1989.
- GOULARTI FILHO, A.; CHIMBULO, A. E. da S. Política econômica de Angola de 1975 a 2012: A trajetória da mudança de modelos. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 16, n. 29, p. 92-105, dez., 2014.
- HOLLOWAY, J. The State and everyday struggle. *In*: CLARKE, S. (ed.). **The state debate**. London: Macmillan, 1991.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – INE. **Indicadores econômicos e sociais**. Angola-Luanda, 2019. Disponível em: <http://censo.ine.gov.ao/xportal/xmain?xpid=censo2014>. Acesso em: 10 dez. 2018.

KEYNES, J. M. The General Theory of Employment. **The Quarterly Journal of Economics**, v. LI, n. 2, febr., 1937.

KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.

KREGEL, J. Budget deficits, stabilization policy and liquidity preference: Keynes's post-war policy proposals. In: VICARELLI, F. (ed.). **Keynes's relevance today**. London: Macmillan, 1985.

MANKIW, N. G. **Princípios de Macroeconomia**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

MARX, K. **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MARX, K. **Manuscrits de 1857-1858 (“Grundrisse”)**. Paris: Editions Sociales, 1980.

MARX, K. **O Capital: o processo de produção do capital**. Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MILLIBAND, R. **O Estado na sociedade capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS DE ANGOLA – MINFIN. **Indicadores: Angola-Luanda**, 2019. Disponível em: <http://www.bna.ao/>. Acesso: 10 jan. 2019.

MOLLO, M. L. R. A concepção marxista de Estado: considerações sobre antigos debates com novas perspectivas. **Revista Economia**, v. 2, n. 2, jul.-dez., 2001.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. v. II. Porto: Portucalense, 1971.

SARGENT, J. T.; WALLACE, N. Some Unpleasant Monetarist Arithmetic. Federal Reserve Bank of Minneapolis: **Quarterly Review**, v. 5, n. 3, 1981.

VALÉRIO, N.; FONTOURA, M. P. A evolução econômica de Angola durante o Segundo Período Colonial: uma tentativa de síntese. **Revista Análise Social**, v. 29, p. 1193-1208, 1994.

TRADING ECONOMICS. **Indicators: 2019**. Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/angola/gdp-growth-annual>. Acesso: 10 jan. 2019.